

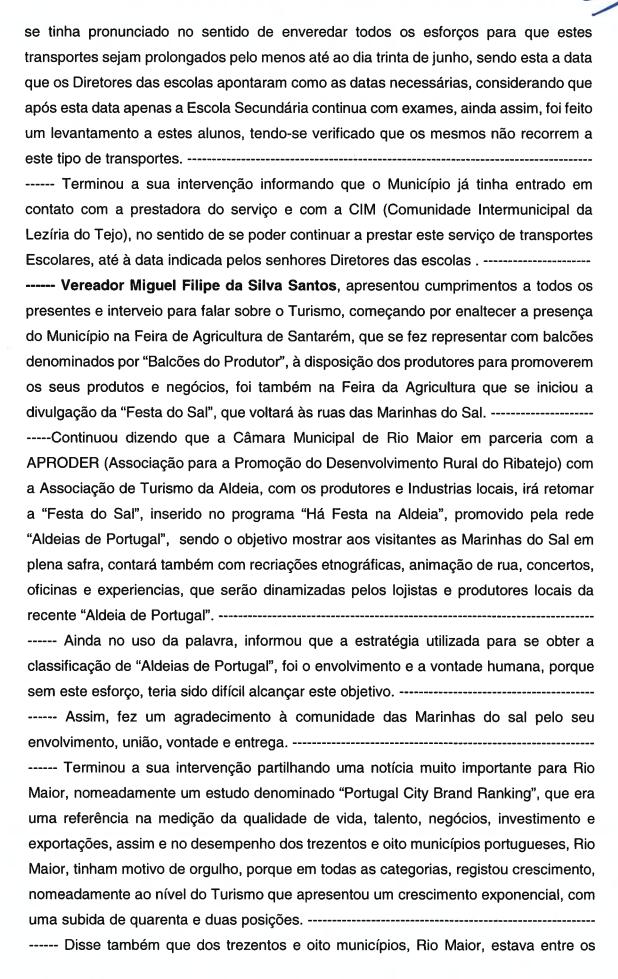


CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA N° 12/2022

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se uma
reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Luis Filipe
Santana Dias, Presidente da Câmara, estando presentes os Vereadores João António
Lopes Candoso, Miguel Filipe da Silva Santos, Maria Leonor Magalhães Fragoso,
Vereadora Carla Cristina Machado Rodrigues Dias, Miguel Félix Paulo, Susana Maria
Marques Higino de Avelar Gaspar
PRESIDENTE DA CÂMARA
Apresentou cumprimentos a todos os presentes
JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS
Não se registaram faltas
Pelas catorze horas e trinta minutos e verificando-se a existência de quórum, o
Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião
PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
APROVAÇÃO DE ATAS
Foi presente a reunião a Ata nº 10, datada de 27 de maio, do corrente ano
A Vereadora Susana Maria Marques Higino de Avelar Gaspar sugeriu uma
correção à Ata nas páginas 10 e 12, a qual fora aceite
Colocada à votação a Ata foi aprovada por unanimidade com a devida correção
(sete presenças)
DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA
A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ac
dia anterior eram as seguintes:
Operações Orçamentais: Cinco milhões, oitocentos e vinte mil, quatrocentos e
sessenta e quatro euros e dezoito cêntimos
Operações não Orçamentais: duzentos e sessenta e nove mil, oitocentos e
quarenta e três euros e trinta e dois cêntimos
ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO
Compromissos Plurianuais – Autorizados pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal

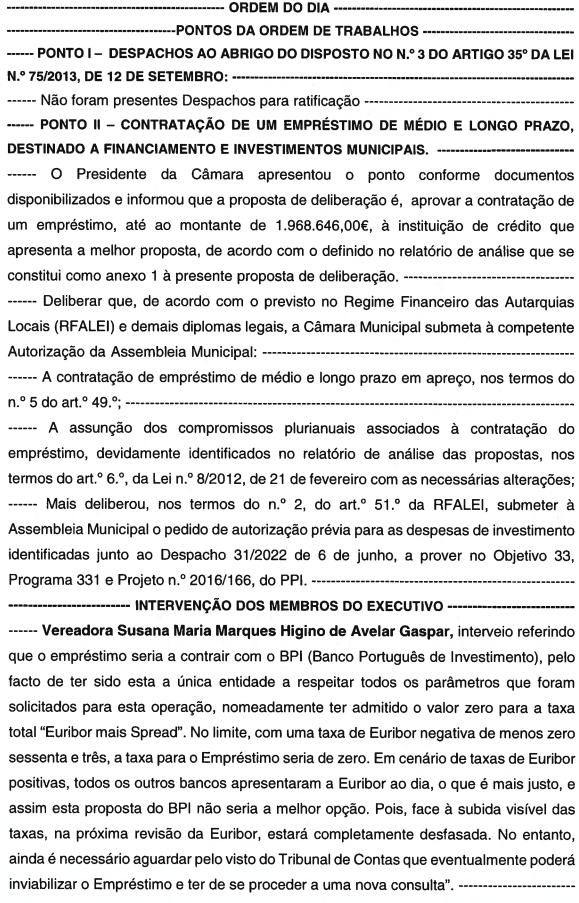
------PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ------------ Vereador Miguel Félix Paulo, apresentou cumprimentos a todos os presentes e prossegui, dizendo que o Ministério da Administração Interna, publicou que tinha terminado um conjunto de consultas com Freguesias, Municípios e Entidades Regionais, no sentido de reforçar medidas coletivas de proteção, fiscalização e patrulhamento de espaços públicos e outros, assumindo as Autarquias como parceiros fundamentais nesta matéria, assim questionou o Executivo se o Município de Rio Maior, também tinha sido consultado sobre o presente assunto face à comunicação do MAI. ------- Continuou referindo que com o final do ano letivo, terminam também os apoio aos transportes escolares, e consecutivamente existe também uma redução nas "carreiras", no entanto informou que tinha chegado ao seu conhecimento através de alguns munícipes, que ainda existiam alunos que se encontravam a fazer frequências de apoio para provas de aferição e exames nacionais, questionando o Executivo como se poderia prolongar estes transportes, afim, de apoiar os referidos alunos. ------------------- Disse ainda que no dia vinte e sete de junho de 1992, fazia trinta anos que o edifico dos Paços do Concelho tinha sido inaugurado, e que o referido edifício tinha dignificado o Município, acrescentou também que esta construção tinha sido financiada pelo Governo do professor Cavaco Silva e foi inaugurado pelo Presidente da República Dr. Mário Soares, por conseguinte ficaria bem ao Município assinalar esta data e reforçar a entidade riomaiorense face aos Paços do Concelho. ----------- Vereadora Maria Leonor Magalhães Fragoso, apresentou cumprimentos a todos os presentes, iniciou a sua intervenção falando da dinâmica que se tem verificado no concelho de Rio Maior, nomeadamente o número de atividades que tem sido preparadas para a comunidade riomaiorense, bem como a participação excecional que se tem verificado por parte da população. ----------- Continuou referindo-se aos eventos "Palhaçarte", Street Food, ao inicio das noites na cidade com o espetáculo do artista Herman José, bem como a retoma em pleno das atividades promovidas pelas escolas com o apoio da Câmara Municipal, nomeadamente visitas de estudo e programa pedagógico.---------- Disse também, que fazendo um balanço dos dois últimos meses e meio de assunção de competências no âmbito da Ação Social, no que diz respeito ao serviço de atendimento e ao acompanhamento social e à gestão dos processos RSI (Rendimento Social de Inserção), Rio Maior era um dos primeiros cinquenta e dois concelhos a nível Nacional, a assumir as referidas competências, tendo já mostrado o seu trabalho e a sua capacidade de articulação em rede nesta matéria. ----------- Relativamente à questão colocada pelo Vereador Miguel Félix Paulo, sobre os transportes escolares, referiu que o Município tinha conhecimento da questão e que já

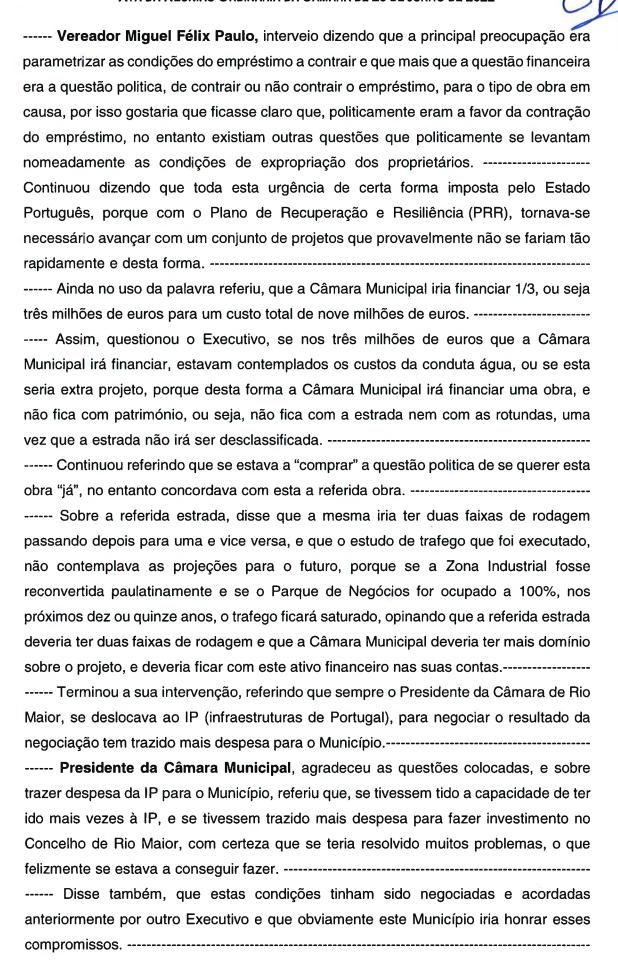


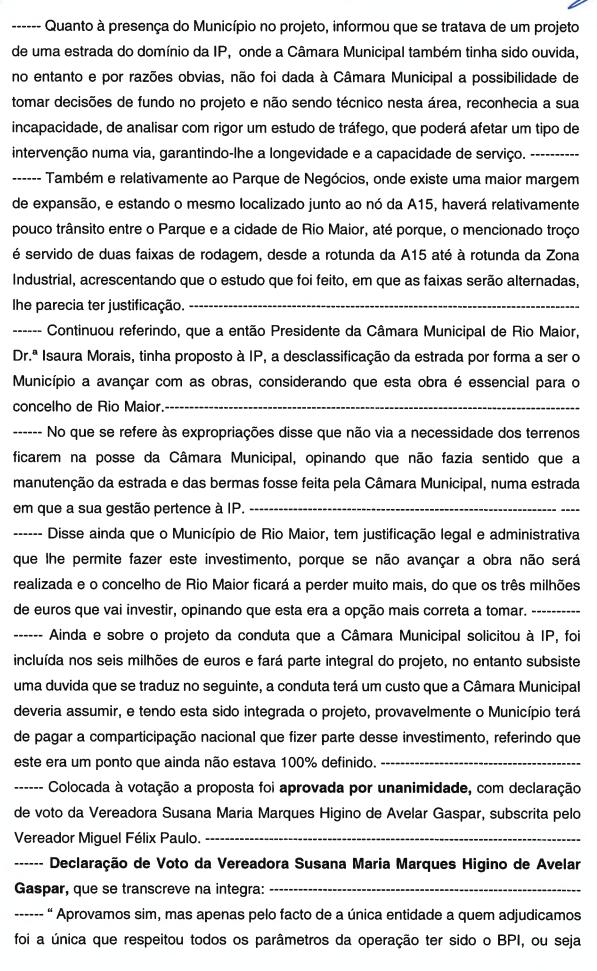


quinze que registaram um crescimento mais acentuado, apenas o Município de Santarém se encontra melhor classificado. ----------- Concluiu, dizendo que a estratégia utilizada pelo Município Rio Maior, era a mais correta, tendo em conta os resultados obtidos, por isso era necessário continuar este caminho do sucesso. ----------- Presidente da Câmara Municipal interveio para responder à questão colocada pelo Vereador Miguel Félix Paulo, dizendo que não tinha conhecimento de alguma consulta por parte do MAI, e que existia uma articulação próxima e local de questões de segurança e proteção de acordo com as necessidades. ----------- Continuou informado, que quando foi alterada a chefia do Posto da GNR (Guarda Nacional Republicana), em Rio Maior, a Câmara Municipal tomou a iniciativa de falar com o novo Comandante do Posto Territorial, que demonstrou abertura total para cooperar com o Município e foram visíveis algumas diferenças, nomeadamente mais patrulhamento nas ruas, sendo certo que o Posto da GNR, não tem o número de militares suficientes para tornar a segurança e proteção mais confortável, no entanto entraram mais seis novos militares, que com certeza irão tornar a capacidade de intervenção mais eficaz. ----------- Relativamente à intervenção do Vereador Miguel Filipe da Silva Santos, sobre a informação do estudo da qualidade de vida, apresentado pela empresa "Bloom Consulting Portugal City" sobre talento, negócios, investimento e exportações, referiu que era um instrumento de medida importante, e que existiam duas avaliações diferentes, uma de um "nicho" mais pequeno, a região do Alentejo, e outra um "nicho" maior, toda a região de Portugal. ----------- Assim e sobre os resultados apresentados para toda a região do Alentejo, na rubrica de "negócios" Rio Maior encontra-se em décimo primeiro lugar, tendo subido uma posição, na "visitação" encontramo-nos em décimo quinto lugar, tendo subido oito posições e no "viver" encontra-se em sétimo lugar, tendo subido também uma posição, ----- Ainda e numa visão mais "macro", a nível do País, o Município de Rio Maior ocupa a posição cento e nove nos "Negócios", com a subida de nove posições, na "Visitação", o lugar de cento e dezoito, com a subida de quarenta e duas posições e no "Viver", o lugar noventa e sete, com a subida de doze posições, ainda assim pretende-se almejar sempre mais e chegar a novas posições, no entanto esta informação eram o reconhecimento do bom trabalho que tem sido feito por todos, pela sociedade riomaiorense, pelos investidores do Concelho de Rio Maior, que se reflete nestes números fantásticos, terminou parabenizando o concelho de Rio Maior. -----------

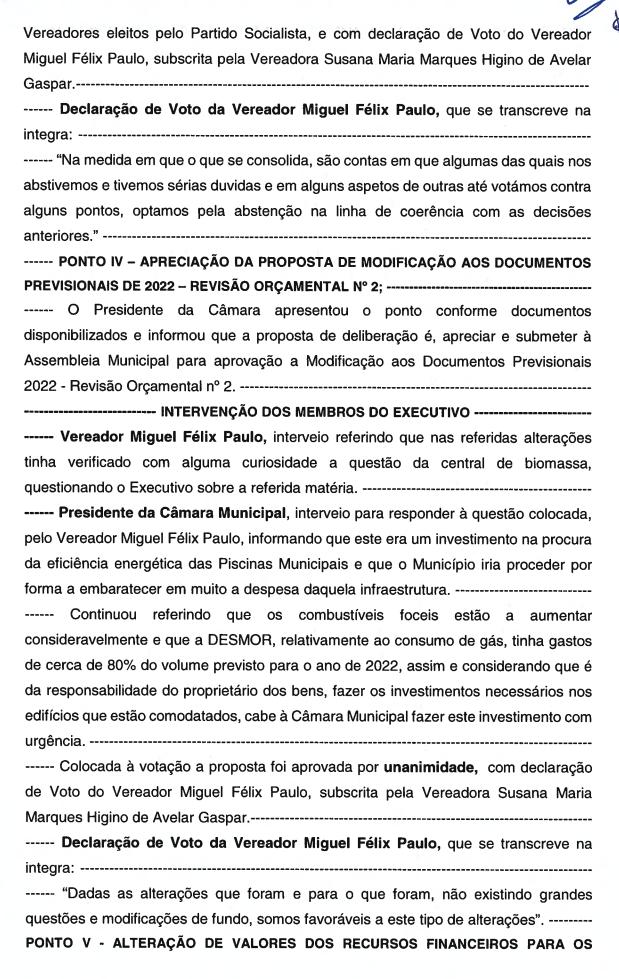






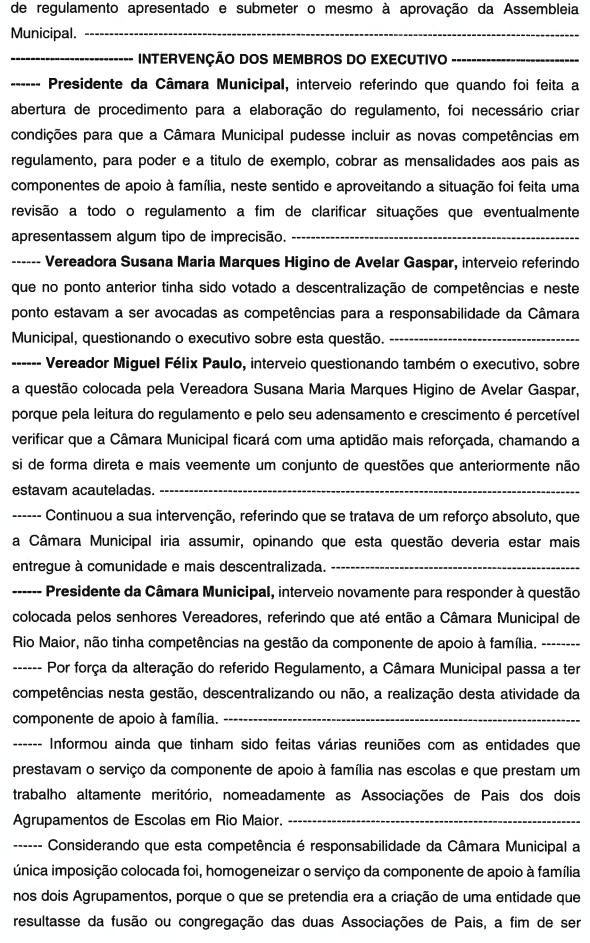


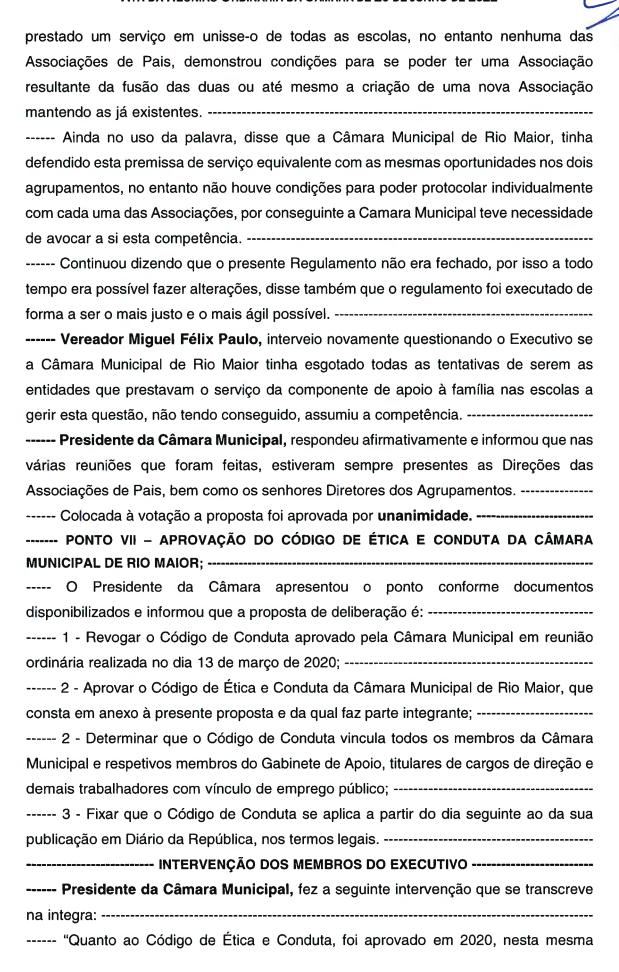
apenas pelo facto de o BPI, ter sido a única entidade a respeitar os parâmetros da operação que pedimos". ----------- PONTO III - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE RIO MAIOR – ANO 2021; -----------O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos do disposto da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, aprovação e posterior envio à Assembleia Municipal para apreciação e votação, os documentos das Contas Consolidadas 2021, integralmente elaboradas nos termos do Decreto-Lei 192/2015, de 11/09 - Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades (SNC-AP), e que englobam: ----------- Relatório de Gestão Consolidado; ------------ Demonstrações Financeiras Consolidadas: Balanço Consolidado; ----------- Demonstração Consolidada de Resultados por Natureza; ----------- Demonstração Consolidada das Alterações ao Património Líquido; ----------- Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa e Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas: ----------- Demonstração consolidada do desempenho orçamental e demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza.---------- Conforme determina o ponto 4.1 das Notas Técnicas da Instrução nº 1/2019, do Tribunal de Contas, identificam-se os factos mais importantes constantes dos documentos de Consolidação de Contas 2021, os quais devem constar da ata: ------------ Balanço Consolidado: ----------- Total do Ativo Consolidado - 99.378.563,14€; ----------- Património Líquido Consolidado - 86.696.521,85€; ----------- Passivo Consolidado - 12.682.041,29€; ----------- Rendimentos e Gastos consolidados (DR); ----------- Rendimentos Consolidados – 24.898.951,78€; ----------- Gastos Consolidados – 24.171.946,42€; ----------- Resultado Líquido Consolidado - 727.005,36€; ----------- Recebimentos e Pagamentos. Consolidados (DFC); ----------- Recebimentos Consolidados - 23.683.008,10€; ----------- Pagamentos Consolidados - 22.920.646,67€. ------------ INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO --------------------------- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. ---------- Colocada à votação a proposta foi aprovada por maioria, com as abstenções dos



ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS NO ÂMBITO DO PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS | 2023 | N.º 6 DO ARTIGO 6° DO DECRETO LEI N.º 57/2019, DE 30 DE ABRIL. ----------- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, remeter à Assembleia Municipal a proposta de alteração dos valores a transferir referentes aos recursos financeiros, conforme mapas que constituem a proposta. -------------------------------- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ---------------- Presidente da Câmara Municipal, interveio, referindo que desde que se encontrava na Câmara Municipal e enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior, conhecia todos os esforços que tinham sido feitos anteriormente, no entanto a partir de 2017, a Câmara Municipal de Rio Maior tem uma vontade reforçada de considerar as freguesias como os melhores e mais próximos parceiros da autarquia, por conseguinte tem sido feito ano após ano um grande esforço para que as freguesias possam ter um desempenho digno e capaz de resolver os problemas apresentados pelos munícipes que servem. ----------- Neste sentido e tendo em conta a descentralização e transferência de competências, tem sido reforçada a capacidade de intervenção de todas as freguesias, fazendo além dos Contratos Interadministrativos, apoios pontuais. ------------ Continuou dizendo que se estava a cumprir um facto administrativo muito importante, que se traduzia na alteração de valores dos recursos financeiros para os órgãos das Frequesias no âmbito do processo de transferência de competências, informando também que estas alterações e correções teriam que ser transmitidas à DGAL (Direção-Geral das Autarquias Locais), até 30 de junho. ----------- Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade, com declaração de Voto do Vereador Miguel Félix Paulo, subscrita pela Vereadora Susana Maria Margues Higino de Avelar Gaspar.---------- Declaração de Voto da Vereador Miguel Félix Paulo, que se transcreve na integra: ---------- "Neste ponto, integralmente a favor da descentralização de competências e da respetiva "mochila" financeira, para que as freguesias o façam, é com regozijo que voto, dando este voto de confiança às freguesias, como aliás tem sido sempre meu mote em todas as ações de campanha e politicas". ----------- PONTO VI – PROPOSTA REGULAMENTO ESCOLA A TEMPO INTEIRO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES; ---------- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, concordar com o projeto

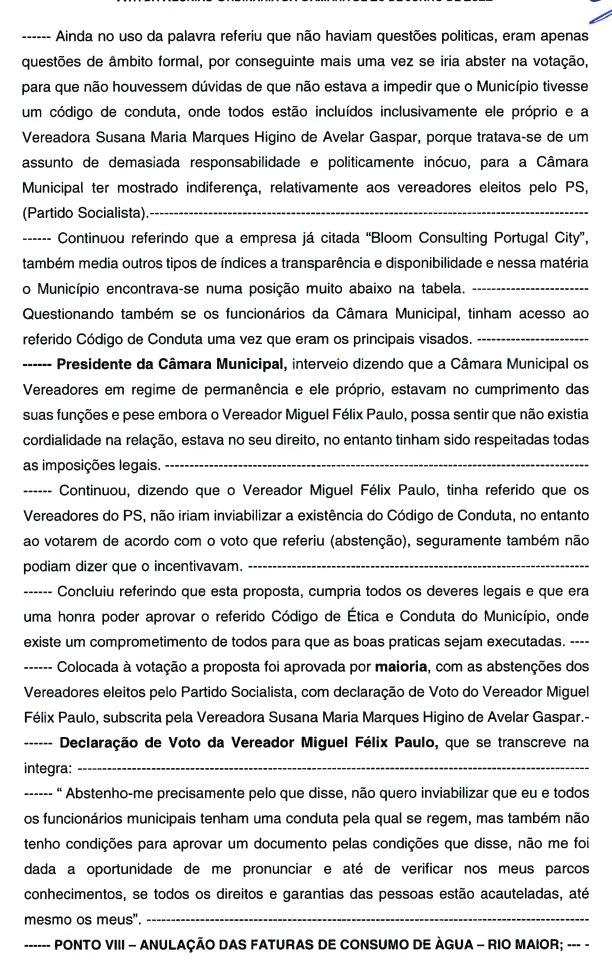
LD

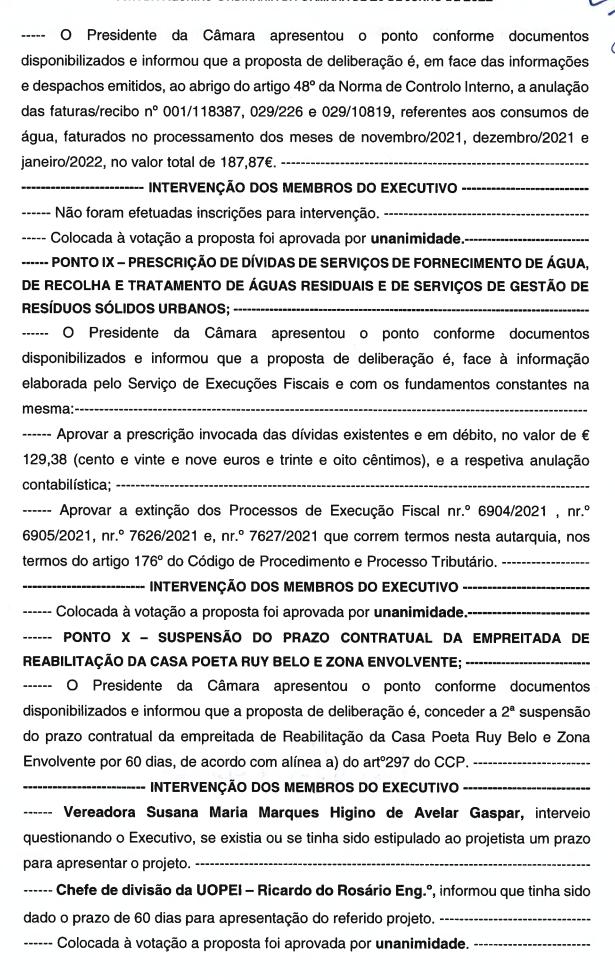




LY

Câmara o Código de Conduta que apenas continha matéria referente à Lei 52/2019 de 31 de julho, regime de exercício de funções por titulares de cargos públicos e altos cargos públicos, cargos políticos e altos cargos políticos, que se estendeu aos dirigentes e a todos os trabalhadores com algum tipo de vinculo, nomeadamente no que se refere a princípios, deveres e comportamentos orientadores. ----------- Trata-se agora então esta nova versão de revisão profunda ao existente, incluindo alterações legislativas que nasceram desde então, tornando-o num documento mais completo mais agregador, nomeadamente ao que respeita à proteção de dados, à saúde e segurança no trabalho à formação à acumulação de funções, a impedimentos, ofertas, assédio no trabalho e denuncias. ---------- É um instrumento que contem um conjunto de diretrizes e regras e normas, com base nos valores e princípios da organização, com o intuito de orientar comportamentos e a relação entre as partes internas e externas, colaboradores, parceiros, clientes, fornecedores à comunidade, bem como estimular os comportamentos que se pretende incutir nas relações de, e com, o trabalho, opta-se por revogar o anterior, por se tratar de uma alteração expressiva com a inclusão de várias matérias que o anterior não contemplava. ----------- Assim sendo torna-se mais rápido e taxativo e é do ponto de vista politico um orgulho para mim, poder apresentar a esta Câmara um Código de Conduta, que nos obriga ao fim e ao cabo, aquilo que já todos tentávamos fazer, mas que de alguma forma assumi-mos compromisso com esta decisão que agora tomaremos". ----------- Vereador Miguel Félix Paulo, interveio questionando o Executivo, sobre a apresentação do Código de Conduta, dizendo que o mesmo tinha passado de 15 artigos para cerca de 56 artigos sensivelmente, referindo o seu adensamento e a sua progressão, contudo este Código de Conduta, tinha essencialmente duas componentes, uma que decorre da Lei e a outra que é toda uma parte discricionária para que a Câmara Municipal de Rio Maior em função das suas especificidades e da sua realidade aporta ----- Continuou dizendo que não tinha sido disponibilizado o anterior Código de Conduta, pelo que tinha solicitado aos serviços esse documento, referindo que este Código de Conduta era um "marco", e nas suas especificidades também se aplicava a ele próprio na parte da decisão, no entanto não tinha tido a oportunidade de ter conhecido o projeto, para eventualmente se poder pronunciar ou até aportado determinadas questões, no entanto apenas teve acesso ao documento 48 horas antes desta reunião, pelo que não se sentia em condições de se pronunciar e votar, acrescentando que era questão de mera cordialidade a Câmara Municipal, informar que estava a prepar o referido Código de Conduta. ----------------------------------





PONTO XI - PROCESSO N.º 130/2020/CP - CONTA FINAL FINANCEIRA DA
EMPREITADA "REQUALIFICAÇÃO DE VIAS EM TODO O CONCELHO";
O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos
disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a conta final
financeira da empreitada "Requalificação de Vias em Todo o Concelho" - Processo n.º
130/2020/CP, no valor de € 704 617,28 (setecentos e quatro mil seiscentos e dezassete
euros e vinte e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, nos termos das
informações internas n.ºs JP 4/2022 e 33/2022/UPGF/VN e respetivos despachos
INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO
Não foram efetuadas inscrições para intervenção
Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade , com declaração de
voto do Vereador Miguel Félix Paulo, subscrita pela Vereadora Susana Maria Marques
Higino de Avelar Gaspar
Declaração de Voto da Vereador Miguel Félix Paulo, que se transcreve na
integra:
"Declarar que face a esta conta financeira e aos documentos que nos chegam, nós
aprovamos efetivamente a conta, mas isso não significa que estejamos de acordo com
os traçados a escolha das obras e a forma como foi realizada"
APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES
Ao abrigo do preceituado no n.º 3, do artigo 57.º, do anexo I à Lei nº 75/2013, de
12 de setembro e bem assim do que dispõe o nº 4, do artigo 34 do Código do
Procedimento Administrativo, a Câmara deliberou por unanimidade dos presentes,
aprovar, em minuta, todos os textos das Deliberações, para efeitos imediatos
ENCERRAMENTO
Quando eram quinze horas, o Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados
os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para
efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para
aprovação global, assinada pelo Presidente da Câmara e por mim, Margarida Maria
Machado Coelho, Coordenadora Técnica, que a redigi
O PRESIDENTE DA CÂMARA: WYS Le Coulor
A COORDENADORA TÉCNICA: Hayande les lo